

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.324.414 - SP (2012/0102906-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADOS : LUIZ RODRIGUES WAMBIER - SP291479A
WAMBIER YAMASAKI BEVERVANCO LIMA & LOBO
ADVOGADOS - PR002049
EMBARGADO : SEBASTIÃO VITAL PAES
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO TUPINAMBA MACEDO - SP109745

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO em face de decisão monocrática, acostada às fls. 944/948 (e-STJ), da lavra deste signatário, que acolheu os embargos de declaração anteriores a fim de reconsiderar a decisão de fl. 882 (e-STJ), tornando-a sem efeitos, para, de plano, dar provimento ao recurso especial interposto a fim de restabelecer o acórdão de fls. 763/766, e-STJ.

Inconformada, a ora embargante opõe embargos de declaração (fls. 950/965, e-STJ), no qual alega a existência de omissões na decisão embargada, aduzindo que o recurso especial atrairia a incidência da Súmula 7 do STJ, além de repisar as alegações dos recursos anteriormente manejados.

Impugnação às fls. 969/981, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Como se sabe, os embargos de declaração são cabíveis apenas quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição, obscuridade ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015). Não é, portanto, o recurso cabível para as partes manifestarem a sua irresignação com o resultado do julgamento que lhes foi desfavorável.

Como bem esclarecido por este Superior Tribunal de Justiça no julgamento dos EDcl no AgRg na AR 4471/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 03/09/2015, *"a interposição do recurso de embargos de declaração não pode se dar exclusivamente por dever funcional, é necessário que o embargante verifique com seriedade se efetivamente estão presentes os requisitos que permitem o manuseio do recurso, quais sejam: omissão, obscuridade, contradição ou erro material. A ausência dessa verificação evidencia o caráter protelatório do recurso, a exigir a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC"*.

Nesse mesmo sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO (ART. 535 DO CPC) OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. INCOMPATIBILIDADE. NATUREZA INTEGRATIVA DO RECURSO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são inviáveis se a parte não demonstra a ocorrência de obscuridade, contradição ou omissão, a teor das disposições do art. 535 do CPC, ou ainda erro material no julgado.

(...)

3. Quando a parte, a pretexto de sanar supostos vícios no *decisum* questionado, tem por objetivo promover o reexame de matéria já decidida, evidencia-se seu inconformismo com o resultado do julgamento da causa, o que não justifica o manuseio dos embargos de declaração, que, servindo para esclarecer ou aprimorar a decisão, não se prestam ao simples propósito de sua modificação, o que é incompatível com a natureza integrativa desse recurso.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1428903/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA ESPECIAL, julgado em 17/03/2015, DJe 29/03/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. NÃO CONFIGURAÇÃO. JULGADO FUNDADO NA ANÁLISE DE FATOS E PROVAS. NOVO REJULGAMENTO DA CAUSA EM RESCISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO DE ÍNDOLE RESTRITA. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Os embargos de declaração não se prestam para sanar o inconformismo da parte com o resultado desfavorável no julgamento ou para rediscutir matéria já decidida. Logo, o seu não acolhimento, quando manejados nesses termos, não acarreta ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil.

(...)

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 450787/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/04/2014, DJe 26/05/2014) [grifou-se]

Na espécie, o *decisum* embargado contém fundamentação **suficiente** para justificar o provimento do apelo em razão da violação à coisa julgada. Confira-se:

Com efeito, quanto à tese de violação à coisa julgada, o Tribunal de origem entendeu que não teria ocorrido porquanto a inicial da ação de conhecimento não incluiu pedido relativo aos valores bloqueados e a competência para decidir acerca de tais valores é da justiça federal, conforme se observa nos seguintes trechos:

Conforme se vê dos autos, a arguição de obscuridade decorre da manutenção da condenação ao pagamento dos valores de caderneta de poupança bloqueados e recolhidos ao Banco Central. Neste aspecto, pretende o recurso que a r. sentença não tenha transitado em julgado, em face da óbvia ilegalidade, a teor do disposto no §1º do artigo 475-L, do CPC.

Tem razão o embargante. Com efeito, de um lado o pedido inicial não incluiu a condenação aos valores bloqueados. De outro lado, a competência para decidir sobre tais valores não é da justiça comum, mas da federal.

Correta, portanto, a interpretação de que, no que pertine aos valores bloqueados, a r. sentença não fez coisa julgada, **considerando a ausência de pedido específico, a incompetência do juízo comum para decidir quanto ao tema** e as decisões dos Tribunais Superiores que acolhem a responsabilidade do Banco Central para gerir a referida verba.

Ocorre que a r. sentença proferida na ação de cobrança movida pelo exequente em face' da instituição financeira (inobstante o pleito que não incluiu a condenação aos valores bloqueados) determinou a aplicação do

índice do IPC sobre todo o montante encontrado na caderneta de poupança (bloqueado ou não), sendo que, no que pertine aos valores bloqueados, não fez coisa julgada, pelo que necessária sua modificação.

Contudo, verifica-se do título executivo judicial acostado às fls. 359/363 (e-STJ) que o banco réu foi condenado *"a pagar ao autor a diferença existente entre a inflação de março de 1990 e o índice creditado **no saldo bloqueado da conta poupança do autor, como pedido e demonstrado na inicial**"*.

Aliás, verifica-se do acórdão que manteve **na íntegra** a sentença que julgou a ação de cobrança (fls. 420/424, e-STJ) que a questão da responsabilidade do banco depositário pelo pagamento de eventuais diferenças relativas ao valor bloqueado, antes ou depois de sua transferência ao Banco Central, **foi expressamente examinada naquela oportunidade**, tendo o referido arresto consignado que *"[...] a responsabilidade do Banco requerido perdura até o momento em que o numerário bloqueado tiver sido, efetivamente, transferido para o Banco Central. A contar dessa transferência, sim, o Bacen é parte legítima para responder pelo pagamento de eventuais diferenças relativas. A questão dos autos, no entanto, está adstrita ao momento anterior à transferência, cabendo ao requerido demonstrar, por esse parâmetro, qual a data de transferência e assim limitar sua responsabilidade"*.

Ora, se no título executivo judicial foi determinado o pagamento referente **a todo o saldo bloqueado da conta poupança do autor, sem qualquer ressalva**, não é possível, **em sede de cumprimento de sentença**, alterá-lo para *"excluir da condenação o montante referente aos valores bloqueados e recolhidos pelo Banco Central, mantida, a reposição pelo índice do IPC, sobre o saldo da caderneta de poupança, observado o limite de NCZ\$ 50.000,00"*, tal como fez o acórdão de fls. 790/795 (e-STJ), **pois isso afronta diretamente o instituto da coisa julgada**, ainda mais considerando que, como visto, a matéria foi expressamente tratada no processo de conhecimento.

Com efeito, a embargante não aponta nenhuma omissão ou contradição na decisão ora embargada, cingindo-se a demonstrar sua irresignação com o resultado do julgamento.

Assim, não havendo omissão, obscuridade ou contradição, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos.

2. Do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

Ministro MARCO BUZZI
Relator